



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. Conforme artigo 85 do Regimento Interno da Câmara, a Ata será lavrada com a sinopse dos trabalhos, ressaltando que as gravações das reuniões são disponibilizadas no Canal Oficial da Câmara no Youtube, permitindo a qualquer interessado recuperar o conteúdo na íntegra. No dia treze de maio de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Thiago Felipe de Almeida – Presidente, Joselino Santana Dias – Vice-Presidente e Cláudio José de Deus – Secretário. Atendendo solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Secretário realizou a chamada dos vereadores presentes. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a presença dos vereadores: Abner Henrique Santana Soares, Adilson Moraes Braga, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado, Gliverson Júnio Dias Marques, Mael, Joselino Santana Dias, Nilton da Cruz Oliveira, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, Silvânio Aguiar Silva, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos, Wesley de Jesus Silva. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por quatorze votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Comunicação Interna nº 23/2025.



Da Procuradoria Jurídica. À Presidência do Poder Legislativo. 13 de maio de 2025.

Informa que o Supremo Tribunal Federal julgou procedente o recurso interposto pela Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa e declarou constitucional a Lei Municipal nº 2.952/2022, de iniciativa da vereadora Viviane Matos, que instituiu o Prêmio “Inovando a Educação”. Esclarece que esta lei municipal havia sido declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, todavia, em acertada decisão, o STF reconheceu que a lei não interfere na estrutura ou atribuições dos órgãos da Administração, tampouco altera o regime jurídico dos servidores, mas tão somente institui política de valorização dos professores municipais. A vereadora Viviane Gomes de Matos, e os vereadores Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro e Thiago Felipe de Almeida manifestaram-se a respeito da correspondência. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: 1) Projeto de Resolução nº 195/2025, autoria da Mesa Diretora, que “Transfere provisoriamente a sede própria da Câmara Municipal de Nova Lima”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Joselino Santana Dias, aprovou por quatorze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 2) Projeto de Lei nº 2.524/2025, autoria do vereador Abner Henrique Santana Soares, que “Altera a Lei Municipal nº 2.725, de 25 de novembro de 2019, ampliando o incentivo ao desenvolvimento e promoção dos ambientes de inovação e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Abner Henrique Santana Soares descreveu o objetivo da proposição. 3) Projeto de Lei nº 2.525/2025,



autoria do vereador Cláudio José de Deus, que “Institui medidas de prevenção e enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes nas instituições de ensino públicas e privadas do Município de Nova Lima e dá outras providências”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Wesley de Jesus Silva, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.525/2024 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 4) Projeto de Lei nº 2.526/2025, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Altera a Lei nº 2.864 de 2021, incluindo o “Fundo de Cultura” como inciso IV no artigo 1º, para ampliar os incentivos fiscais às doações destinadas aos fundos municipais de assistência social, direitos da criança e do adolescente, do idoso, de habitação e de cultura”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Danúbio de Souza Machado, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.526/2024 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo ressaltou que a Lei 2.864/2021, que institui o IPTU Social no município, é de sua autoria. Destacou os inúmeros efeitos positivos da citada lei na cidade. 5) Projeto de Lei nº 2.527/2025, autoria do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, que “Inclui artigo à Lei nº 3.204/2025, que ‘Cria o Sistema Auxiliar de Cadastro Municipal de Doadores de Medula Óssea no Município de Nova Lima’, para dispor sobre a denominação da norma”. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques



solicitou a dispensa de pareceres e interstícios para que o projeto fosse votado na presente reunião. O vereador Wesley de Jesus Silva afirmou que, assim como o vereador Álvaro, se lembra de já existir uma lei com a mesma denominação, ou seja, com o nome do Lucas. O Senhor Presidente sugeriu que seja feito um parecer conjunto, para que o projeto passe pelas comissões e tenha uma análise mais criteriosa. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.527/2024 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 6) Projeto de Lei nº 2.528/2025, autoria do vereador Mael, que “Dispõe sobre denominação da UBS do Bairro Honório Bicalho de UBS Maria José Pena da Silva”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 7) Projeto de Lei nº 2.529/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Dispõe sobre o direito à dieta isenta de glúten para pessoas com doença celíaca internadas em unidades de saúde do município”. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro discorreu sobre a importância e necessidade da proposição. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.529/2024 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 8) Projeto de Lei nº 2.530/2025, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Institui a Política Municipal de



Linguagem Cidadã no Município de Nova Lima e dá outras providências”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Viviane Gomes de Matos, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.530/2024 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 9) Projeto de Lei nº 2.531/2025, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a criação do Comitê de Monitoramento da Assistência Farmacêutica do Município de Nova Lima, estabelece procedimentos para apuração de desabastecimento de medicamentos e sanções administrativas em caso de omissão, e dá outras providências”. O vereador Wesley de Jesus Silva falou sobre a relevância da proposição. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Wesley de Jesus Silva, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.531/2024 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 10) Projeto de Lei nº 2.532/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal 3.192, de 31 dezembro de 2024, e dá outras providências”. O vereador Danúbio de Souza Machado solicitou a confecção de parecer conjunto. O vereador Wesley de Jesus Silva manifestou preocupação com o projeto que solicita autorização para remanejar até R\$ 500 milhões do orçamento municipal, equivalentes a 30% da LOA. Solicitou que as comissões elaborassem pareceres separados, defendendo a necessidade de diligência para entenderem os motivos do pedido e o que justifica essa movimentação financeira por parte do prefeito. O



Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.532/2025 à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 11) Projeto de Lei nº 2.533/2025, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Município de Nova Lima, através do seu Executivo Municipal, a desafetar área pública que indica e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Os vereadores Wesley de Jesus Silva e Nilton da Cruz Oliveira falaram sobre a proposição que visa desafetar duas vias públicas a fim de viabilizar a ampliação de duas escolas municipais. 12) Projeto de Lei nº 2.534/2025, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Garante direitos à criança com TEA, com Altas Habilidades/Superdotação, com TDAH ou com outras atipicidades”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Com a permissão do vereador Thiago, o vereador Gliverson Júnio Dias Marques assinou o projeto. 13) Projeto de Decreto Legislativo nº 474/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Confere Medalha de Mérito Cultural ‘Cássio Magnani’ à Corporação Musical União Operária e contém outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Joselino Santana Dias Cláudio José de Deus e Viviane Gomes de Matos, para emissão de parecer. Com a permissão do vereador Silvânio, o vereador Anísio Clemente Filho assinou o projeto. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão em Defesa da Pessoa com Deficiência referente ao Projeto de Lei nº 2.504/2025, autoria do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros adaptados para ostomizados nos espaços públicos do Município de Nova Lima



e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, aprovou por treze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 2) Parecer da Comissão de Saúde Pública referente ao Projeto de Lei nº 2.507/2025, autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira, que “Dispõe sobre a regulamentação da doação de medicamentos não utilizados à Farmácia Solidária no âmbito no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos. 3) Parecer da Comissão em Defesa da Habitação de Interesse Social referente ao Projeto de Lei nº 2.513/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Dispõe sobre a priorização de práticas sustentáveis nas construções de moradias populares no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Direitos Humanos referente ao Projeto de Lei nº 2.516/2025, autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira, que “Dispõe sobre o Programa Municipal de Combate e Enfrentamento à Disseminação de Informações Falsas (Fake News) em Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. 5) Parecer da Comissão de Participação Popular referente ao Projeto de Lei nº 2.517/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Nova Lima o Dia Municipal de Combate ao Etarismo e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 6) Parecer da Comissão de Educação



referente ao Projeto de Lei nº 2.519/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Autoriza a implantação do projeto “Escola nas Férias” na rede municipal de ensino de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão em Defesa da Juventude, da Criança e do Adolescente. 7) Parecer da Comissão de Educação referente ao Projeto de Lei nº 2.522/2025, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Reconhece as expressões artísticas cristãs como manifestações culturais do Município de Nova Lima e dispõe sobre o uso da Bíblia Sagrada como recurso paradidático nas escolas públicas e privadas do município”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Wesley de Jesus Silva, aprovou por quatorze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 8) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.523/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente o quadro constante no art. 1º da Lei Municipal nº 3.193, de 31 de dezembro de 2024, majorando o valor destinado para a entidade que indica”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Joselino Santana Dias, aprovou por quatorze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 2.509/2025, autoria do vereador Mael, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização do Código QR CODE em todas as placas de obras públicas municipais



em Nova Lima”. Os vereadores Mael e Wesley de Jesus Silva discutiram sobre a importância e o objetivo da proposição: trazer transparência às obras realizadas pelo Executivo. Em primeira votação, o projeto foi aprovado por quatorze votos. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Mael, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. 2) Projeto de Lei nº 2.512/2025, autoria do vereador Abner Henrique Santana Soares, que “Institucionaliza e inclui a Feirinha do José de Almeida no Calendário Oficial do Município de Nova Lima”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por treze votos. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Abner Henrique Santana Soares, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. O vereador Abner Henrique Santana Soares agradeceu aos vereadores pela aprovação do projeto, em nome dos moradores do Bairro José de Almeida. Falou sobre a importância da inclusão da Feirinha no calendário do município. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 195/2025, autoria da Mesa Diretora, que “Transfere provisoriamente a sede própria da Câmara Municipal de Nova Lima”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira e única votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à



promulgação. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.504/2025, autoria do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros adaptados para ostomizados nos espaços públicos do Município de Nova Lima e dá outras providências”. O Plenário aprovou por quatorze votos a emenda modificativa e supressiva apresentada pelo vereador Gliverson Júnio Dias Marques. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, com a emenda, aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques agradeceu aos vereadores pelo apoio e ressaltou a importância da aprovação do projeto. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.522/2025, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Reconhece as expressões artísticas cristãs como manifestações culturais do Município de Nova Lima e dispõe sobre o uso da Bíblia Sagrada como recurso paradidático nas escolas públicas e privadas do município”. O Plenário aprovou por quatorze votos a emenda modificativa apresentada pela Comissão de Educação. O vereador Wesley de Jesus Silva parabenizou os vereadores Viviane e Danúbio pelo diálogo construtivo e pela emenda que muda o texto, porém sem alterar a essência, reconhecendo as manifestações cristãs como manifestações artísticas e permitindo a utilização da Bíblia como material paradidático nas escolas, junto a outros textos de tradições religiosas. Destacou que a proposta preserva o respeito à pluralidade e à liberdade religiosa, e que acompanhará sua aplicação para



evitar qualquer forma de doutrinação. Ressaltou a importância do projeto como instrumento de promoção de valores positivos e afirmou esperar sua sanção pelo Executivo. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, com a emenda, aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. A vereadora Viviane Gomes de Matos e o vereador Nilton da Cruz Oliveira justificaram o voto favorável à proposição. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.523/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente o quadro constante no art. 1º da Lei Municipal nº 3.193, de 31 de dezembro de 2024, majorando o valor destinado para a entidade que indica”. Em discussão, o vereador Wesley de Jesus Silva justificou seu voto favorável ao projeto de lei que aumenta o repasse para a Liga Municipal, destacando o trabalho desenvolvido pela entidade na área esportiva do município. Afirmou que seu posicionamento representa um voto de confiança na seriedade e na honestidade com que a Liga atua ao longo dos anos. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Autoria do vereador Adilson Moraes Braga: Requer ao Poder Executivo que seja informado, via ofício, à Casa posicionamento sobre o andamento dos processos que tratam dos atos realizados para Regularização Fundiária Urbana no município – REURB. Os vereadores Adilson Moraes



Braga, Viviane Gomes de Matos, Nilton da Cruz Oliveira e Abner Henrique Santana Soares discutiram o requerimento. Aprovado por treze votos, em nome da Casa.

2) Aatoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira: Requer ao Prefeito Municipal a realização de estudos técnicos e orçamentários para a instalação de uma Policlínica ou um Centro de Especialidades Médicas (CEM) na Regional Noroeste de Nova Lima, considerando, para definição do local, a acessibilidade da população residente no Balneário Água Limpa e em bairros mais afastados da sede, envolvendo a comunidade local, conselhos de saúde e lideranças comunitárias no processo de planejamento e implantação. Em discussão, o vereador Nilton da Cruz Oliveira justificou o requerimento. Aprovado, quatorze votos.

3) Aatoria do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer à Casa que envie moção de aplausos ao Sindicato dos Mineiros em virtude do aniversário de 91 anos, comemorado no dia 13 de maio. Aprovado por quatorze votos, em nome da Casa, conforme sugerido pelo

vereador Danúbio de Souza Machado. 4) Aatoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal providências urgentes quanto à manutenção e restabelecimento da iluminação pública na praça situada em frente ao SENAI. Aprovado, quatorze votos.

5) Aatoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Indica ao Prefeito Municipal que ocorra a instalação de uma base da Guarda Municipal para o Bairro Alphaville, com o objetivo de levar atendimento à população mais distante da região central, inibir a ação de criminosos e aumentar a segurança e o bem-estar da população. Aprovado, quatorze votos.

O Senhor Presidente, em atenção aos servidores mobilizados na Casa, concedeu a palavra à representante da classe, a senhora Maria Ivanete. A senhora



Maria Ivanete destacou a desvalorização e desmotivação dos servidores públicos de Nova Lima, apontando que o atual plano de cargos e salários inviabiliza qualquer expectativa de progressão na carreira e de aposentadoria digna. Relatou que o reajuste recente do plano de saúde, em torno de 14%, foi muito superior à recomposição salarial, que sequer ocorreu neste ano, contrariando promessa do Executivo. Reivindicou o apoio dos vereadores para sensibilizar o governo municipal quanto à necessidade de revisão do plano de cargos e salários, recomposição salarial anual com data-base definida e criação de uma comissão de negociação dos servidores. Agradeceu a oportunidade de fala e propôs um novo encontro para apresentar formalmente as pautas da categoria. Os vereadores se colocaram à disposição dos servidores públicos e manifestaram total apoio à categoria. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, concordou em prorrogar o tempo da reunião por mais vinte minutos. O vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo a redistribuição de cinco taxistas do município em pontos centrais, visando garantir igualdade de oportunidades de trabalho. Apresentou três sugestões: redistribuição nos pontos centrais já existentes; criação de um ponto livre para uso comum dos profissionais; ou a instalação de dois novos pontos de táxi: um na esquina da Rua Benedito Valadares com a Getúlio Vargas e outro em frente ao Supermercado BH da Avenida José Bernardo de Barros. Ressaltou que, caso não haja providências por parte da prefeitura, acionará o Ministério Público para que medidas sejam tomadas. Aprovado, treze votos. O vereador Wesley de Jesus Silva indagou ao Senhor Presidente se o Secretário de Obras já havia sido convocado para



prestar esclarecimentos à Casa, ressaltando que ainda existem demandas pendentes com o referido secretário. O Senhor Presidente informou que o Secretário solicitou mais dez dias para envio da documentação, prazo que vence no dia quinze, garantiu que a Câmara cobrará o cumprimento desse compromisso. Afirmou que assim que os documentos chegarem à Casa, procederá à convocação do secretário. O vereador Wesley de Jesus Silva comunicou que encaminhará ao gabinete da Presidência cópias de requerimentos de sua autoria que não passaram pelo Plenário, não respondidos, referentes a contratos de coleta de lixo e locação de veículos do Pátio de Obras, protocolados em 11 de fevereiro e reiterados em 22 de abril. Registrou que, diante da ausência de resposta, reforçará os pedidos, e alertou que, se continuar sem retorno, passará a solicitar a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em todas as sessões. Propôs requerimento, solicitando ao município, por meio da Secretaria de Saúde, informe à Câmara, no prazo de cinco dias, a atual situação epidemiológica de Nova Lima. Relatou ter presenciado a superlotação da UPA e do hospital, além de casos recentes de crianças sem vaga em UTI e dificuldades com o Hospital Vila da Serra. Destacou que o Estado de Minas Gerais e outros municípios decretaram estado de calamidade em razão do surto epidemiológico, mas que não encontrou, na página oficial da Prefeitura, qualquer manifestação ou medida relacionada à situação local. Solicitou ainda informações sobre ações adotadas em espaços públicos, como escolas, campanhas de vacinação e o atendimento pediátrico, reforçando que a população precisa ter acesso a essas informações por meio da Câmara. Aprovado, quatorze votos. O vereador Anísio Clemente Filho propôs requerimento,



reiterando solicitação já feita por outros vereadores referente à necessidade de manutenção na calha de metal localizada na região da Banqueta, próxima ao Bairro Cristais. Informou que, mesmo com o período de chuvas encerrado há cerca de 20 dias, o local permanece com acúmulo de aproximadamente quinze centímetros de água, gerando preocupação entre os moradores. Solicitou ao Pátio de Obras que realize, de forma preventiva, a limpeza e manutenção da calha, enfatizando a importância da ação para evitar transtornos futuros. Aprovado, quatorze votos. O vereador Adilson Moraes Braga propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo informações sobre as ações que estão sendo adotadas em relação à situação dos moradores em situação de rua no município. Relatou episódios de desordem e desrespeito em espaços públicos, destacando a ausência de medidas efetivas por parte da Polícia Militar e do próprio Executivo. mencionou que o Conselho de Ação Social realizou reuniões recentes sem abordar o tema e cobrou providências com base na Lei Municipal nº 2.877, que estabelece como responsabilidade do Executivo a formulação de políticas de assistência social. O vereador Silvânio Aguiar Silva destacou que a Câmara Municipal, por meio da Comissão de Direitos Humanos, tem atuado ativamente na questão dos moradores em situação de rua. Informou que ações estão sendo conduzidas em conjunto com as Secretarias de Segurança e de Saúde, incluindo visitas a instituições que realizam trabalhos semelhantes, com o objetivo de elaborar uma proposta eficaz. Ressaltou que a Polícia Militar tem realizado abordagens frequentes, especialmente na região da Praça do Mineiro, e que há migração constante desses moradores entre os espaços públicos. Defendeu que a construção de



soluções deve ser coletiva, respeitando tanto os moradores em situação de rua quanto a população em geral. Enfatizou a necessidade de um debate construtivo e conjunto para enfrentar o problema com humanidade e responsabilidade. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, concordou em prorrogar o tempo da reunião por mais dez minutos. O vereador Adilson Moraes Braga discordou do vereador Silvânio, esclarecendo que sua crítica foi direcionada ao Executivo, não à Câmara Municipal. Reforçou que suas cobranças refletem o clamor da população, que está insatisfeita com a situação dos moradores em situação de rua. Destacou que, como vereador, tem o dever de cobrar providências do Poder Executivo, reconhecendo o papel do colega como líder do Governo, mas reafirmando seu compromisso com a responsabilidade de representar as demandas da sociedade. Requerimento aprovado por quatorze votos. O vereador Mael relatou ter recebido, em seu gabinete, diversas reclamações sobre as condições de acesso aos abrigos de pontos de ônibus, especialmente durante o período chuvoso. Destacou que a ausência de passeios adequados tem dificultado a utilização desses espaços pelos usuários. Propôs requerimento, solicitando ao Executivo que realize vistoria e manutenção nos passeios dos pontos de ônibus, visando garantir mais conforto e dignidade à população. Aprovado, quatorze votos. A vereadora Viviane Gomes de Matos propôs requerimento, solicitando ao Executivo esclarecimentos sobre o pagamento do terço de férias dos servidores municipais. Requereu, ainda, que na mesma resposta sejam informados o percentual e a previsão para a concessão do reajuste salarial dos servidores. Aprovado, quatorze votos. O vereador Abner Henrique Santana Soares, atendendo ofício



da Associação Comunitária do Bairro Mingu, que solicita ajuste nos horários do transporte coletivo no bairro, propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo interlocução com a empresa Via Ouro para: alteração dos horários de 5h20 para 5h10, 7h20 para 7h10, e 17h para 17h10; interseção de uma linha reforço nos horários de 17h30, 18h e 18h20; atenção dos condutores para que transportem os passageiros até o ponto final da linha, localizado na Praça dos Mineiros, em virtude de ocorrência de parada final na rodoviária, onde os moradores aguardam essa baldeação; realização da rota via estrada de Sabará, para atender os bairros Pau de Angá e Pirulito em pelo menos um horário por turno. Aprovado, quatorze votos. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques propôs requerimento, solicitando ao Prefeito Municipal estudo de engenharia de trânsito para viabilização de intervenção viária no Bairro Chácara Bom Retiro, nas proximidades do entroncamento entre a via de acesso local (Rua Geraldo Ferreira das Mercês) e a Rodovia MG-030, local caracterizado por grande fluxo de veículos e pedestres, em razão da presença de um supermercado de grande porte, o Mart Minas, posto de gasolina, entre outros estabelecimentos comerciais, condomínios residenciais e moradias unifamiliares nas imediações. Aprovado, quatorze votos. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo a realização de conferências municipais nas áreas de Cultura e de Esporte e Lazer, com ampla participação popular. Justificou o pedido destacando a descontinuidade histórica dessas duas políticas públicas, que sofrem com trocas frequentes de governo e ausência de planos de longo prazo. Propôs que, a partir dessas conferências, sejam elaborados planos



dezenais para ambas áreas, com o objetivo de garantir continuidade, metas e diretrizes claras para as futuras gestões. Ressaltou que, embora reconheça os avanços promovidos pela atual administração, acredita que um planejamento duradouro representaria um importante legado institucional. Aprovado, quatorze votos. O vereador Danúbio de Souza Machado registrou que ontem, dia 12 de maio, foi o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Fibromialgia. Propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo Municipal celeridade na adoção medidas para garantir a adequada infraestrutura dos prédios que irão receber os novos agentes da Guarda Civil Municipal, considerando a previsão de ingresso de aproximadamente 100 novos servidores públicos em meados de agosto. Ressaltou que, embora haja projeto aprovado para a construção de uma nova sede da corporação, até o momento não se iniciou a execução da obra. Solicitou que o Executivo avalie, com urgência, a viabilidade de locação de imóvel apropriado ou de melhorias nos prédios já existentes, a fim de assegurar condições dignas de trabalho e acolhimento aos novos Guardas Municipais. Aprovado, quatorze votos. O vereador Wesley de Jesus Silva propôs requerimento, solicitando ao Senhor Presidente que seja encaminhada, em nome da Casa, uma nota de pesar pelo falecimento de Daniela Blom, aos 34 anos, ocorrido no dia seis de maio. Destacou que Daniela foi servidora da Prefeitura por muitos anos, tendo trabalhado na FAENOL. Registrou que a nota tem por objetivo levar conforto e o reconhecimento da Câmara à família enlutada. Aprovado, quatorze votos, em nome da Casa. O Senhor Presidente informou que não havia



apresentação de oradores inscritos. Agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrados os trabalhos. _____